

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - ESCOLA DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DIEGO RICARDO PACHECO

Clóvis Moura e Florestan Fernandes: O protesto escravo na derrocada do sistema escravista nas obras *Rebeliões da senzala* e *Branços e negros em São Paulo*

Guarulhos
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - ESCOLA DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DIEGO RICARDO PACHECO

Clóvis Moura e Florestan Fernandes: O protesto escravo na derrocada do sistema escravista nas obras *Rebeliões da senzala* e *Brancos e negros em São Paulo*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do grau em Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Diego Ambrosini

Guarulhos
2015

PACHECO, Diego Ricardo.

Clóvis Moura e Florestan Fernandes: O protesto escravo na derrocada do sistema escravista nas obras *Rebeliões da senzala* e *Branços e negros em São Paulo* / Diego Ricardo Pacheco – Guarulhos, 2015.

42 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2015.

I. Orientador. Prof. Dr. Diego Ambrosini

1. Escravidão

2. Trabalho Livre

3. Protesto escravo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - ESCOLA DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DIEGO RICARDO PACHECO

Clóvis Moura e Florestan Fernandes: O protesto escravo na derrocada do sistema escravista nas obras *Rebeliões da senzala* e *Branços e negros em São Paulo*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do grau em Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais

Aprovado em:

Prof. Dr. Diego Ambrosini
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Lindomar Albuquerque
Universidade Federal de São Paulo

Agradecimentos

Cada uma dessas pessoas foi mais que fundamental, guardadas suas devidas particularidades, para que eu chegasse até este momento de conclusão de uma etapa importante em meu caminho. Como não disponho de espaço para contextualizar a importância de cada pessoa neste momento, vão seguidos os nomes, um a um, de amigos e pessoas que mesmo sem perceber foram imprescindíveis para a realização deste trabalho. Para vocês, meu muito obrigado.

Mariane Mammana, Henrique Fernandes, Rapha Bento, Eudsmar, Jhonatas (Jhow), Willian, André Matos, Flávio Cerqueira, Leonardo Bruno da Silva, Bruno Assis, Eddie Motta, Dhiego Carreira, Tainá Freitas, Leiriane dos Santos, Magaly Mammana, Bruno Mikito, Glaydson, Leandro Lima, Evandro, Lucão, Bruna Menezes, Gielison, Rafa Teodoro, David da Silva, Lucio Lemos, Adriano Nascimento, Flávio Lula, Juli Ribeiro, Chico Werton, Ozzy Santos, Norma Barros, Caio Fernando, Leandro Nascimento, Diogo (Fenômeno), Fernando Cerqueira, Michel, Dani Regina, Eto dos Santos, Sâmia, Marcio Farias, Thaís Medeiros, “Andrés Sanches”, Orlando Jay, Bruno Padalko, Guilherme Stonner, Eduardo Dodz, Sócrates, Aninha, Rúbia, Silvão, Cauê, Carolina Couto, Emerson, Jefferson`s, Guilherme Leste, Aline Fernanda, Marcio e Cris, Thatiane, Gabi Mojito, Amanda Signori, Kayene, Dani, Assis, Tiago Marley, Rodrigo Nascimento, Ariane Pires, Pri Herrera, Eliete Violla, Wembley, Guiné Silva, Douglas Macedão, Marcão Sincero, Felipe Feitosa, Prof. Dr. Diego Ambrosini, Prof. Dr. Lindomar Albuquerque, Prof. Dr. Paulo Peres, Prof. Dr. Antônio Sérgio, Prof. Dra. Marcia Consolim, Prof. Dr. Rufino, Prof. Dr. Marcos Cezar.

Em especial, dedico para minha mãe, Maria de Lourdes da Silva. E dedico também ao meu pai, Ricardo Pacheco.

“Deus fez os cães da rua pra morder vocês,
Que sob a luz da lua, os tratam como gente - é
Claro! - aos pontapés” (Belchior)

Resumo

O pensamento dos sociólogos Clóvis Moura (1925-2003) e Florestan Fernandes (1920-1995) contribuiu de maneira crítica para o debate a respeito do negro na formação social brasileira. Suas obras influenciaram os debates dentro e fora da academia na segunda metade do século XX no Brasil, fazendo com que esses autores, com maior ou menor intensidade, sejam dois divisores de águas para a compreensão dos dilemas raciais brasileiros. A partir do estudo comparativo, cabe ao presente trabalho investigar qual a importância atribuída pelos autores à ação política dos escravos no desgaste e conseqüente desmoronamento do sistema escravista no Brasil.

Palavras-chave: Escravidão. Trabalho Livre. Protesto escravo.

Índice

INTRODUÇÃO	1
TEMA	6
METODOLOGIA	9
CAPITULO I	12
I.I SÉCULO XIX: DERROCADA DO SISTEMA ESCRAVISTA NO BRASIL	12
CAPITULO II	22
I.I CLÓVIS MOURA ENCONTRA FLORESTAN FERNANDES: INTERPRETAÇÕES DO PROTESTO ESCRAVO EM FINS DO SÉCULO XIX	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
BIBLIOGRAFIA	41

Introdução

Pensar o Brasil é pensar o negro¹ brasileiro. Ou seja, é pensar um Brasil negro. Todos aqueles que se voltaram à história brasileira com a finalidade de contribuir para o debate de sua formação e desenvolvimento, tiveram que necessariamente atentar-se às contribuições dadas pelo povo negro em solo nacional². Porém, observamos que nem sempre esse “resgate” histórico foi feito com o intuito de consagrar ao negro contribuição relevante na formação brasileira. Quando muito, sua contribuição resulta em esforços à cultura (música, dança, comida etc.), fazendo com que o problema da “integração” do negro ao regime de trabalho escravo no Brasil seja visto como um problema de *aculturação*³. Destarte, a dinâmica das condições do negro sendo posto em relação direta com o modo de produção escravista é substituída pela sua inadaptabilidade vindo da África e sendo inserido nos padrões organizacionais europeus, manifestando-se em “choques” culturais. Ou seja, um problema de não adaptação do negro africano à cultura do colonizador europeu. Isso é observável na

¹ Tanto Clóvis Moura, quanto Florestan Fernandes não divergiram na caracterização do que entenderam por ser o “negro” no Brasil, que de uma forma mais geral, seria aquele estrangeiro (africano) ou nacional e os seus descendentes. No seu *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*, Clóvis Moura nos diz, “No início da colonização, o termo “negro” não servia para designar africanos, conforme documentação da época, mas para denominar o indígena. Muitos historiadores confundiram o significado do vocábulo na forma como era aplicado, tomando o termo como designativo de africano. Pelo menos em São Paulo, nos primeiros anos de colonização, para designar um negro usava-se o termo *tapanhumo* ou *peça-de-guiné*. Quando queriam designar o negro para diferenciá-lo do índio, chamavam-no, também, de “gentio da Guiné” e aos índios, “gentios da terra”. Os jesuítas ao se referirem à população da Colônia, sempre usavam o termo negro como sinônimo de índio. Padre Manoel da Nobrega, em carta datada de 1549, pouco depois, portanto, da chegada dos primeiros grupos africanos no Brasil, já escrevia: “e uns casam com algumas mulheres, se acham outros com as mesmas negras e outros pedem tempo para vender as negras”. O mesmo autor afirma depois: “e é desta maneira que fazem pares com os negros para lhe trazerem a vender o que tem e por engano enchem os navios deles e fogem com eles; e alguns dizem que o podem fazer por os negros já terem feito mal aos cristãos”. Nos inventários e testamentos do primeiro século da colonização, faz-se invariavelmente, a distinção entre o negro e o índio, designando-se a sua origem, isto é, se é da terra ou da Guiné (africano).” (MOURA, 2013, p, 288). Para Florestan Fernandes, também fica claro nesta passagem que veremos que o “negro”, para o autor, é aquele africano trazido para exercer o trabalho compulsório (tornando-se escravo) no Brasil. Nas palavras de Florestan, “A história do negro em São Paulo se confunde, durante um largo período de tempo, com a própria história da economia paulista. Os africanos, transplantados como escravos para a América, viram a sua vida e o seu destino associar-se a um terrível sistema de exploração do homem pelo homem, em que não contavam senão como e enquanto *instrumentos de trabalho e capital*. Em São Paulo, essa regra não sofreu exceção”. (FERNANDES, 2008, p, 27).

² Dentre diversos autores, podemos citar, Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Edson Carneiro, Abdias do Nascimento, Gilberto Freyre, Roger Bastide, Luiz Luna, e os autores aqui estudados, Clóvis Moura e Florestan Fernandes.

³ Mudanças sociais que se ocasionam quando são colocados em relações grupos culturalmente distintos, resultando em elementos culturais característicos de ambos os grupos. Neste caso particular que estudamos, o aculturado seria aquele negro escravo que já teria assimilado a língua, os hábitos e os costumes dos senhores, e comportava-se como adaptado ao sistema social vigente, a escravidão.

predominância das interpretações que proliferaram na primeira metade do século XX que contemplavam o arcabouço apenas do sincretismo das religiões, da língua e até dos quilombos (vistos apenas como movimento de retorno à organização social africana). Esse pensamento se desdobrará e será o suporte de uma das mais eficazes ideologias das relações raciais no Brasil: a *democracia racial*.

A expressão “democracia racial”, embora tenha sido vulgarmente assimilada à figura do antropólogo pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987) não é encontrada em sua obra. Na verdade, ela só vem aparecer tardiamente na literatura sobre as relações raciais no Brasil, mais especificamente na década de 1950⁴. Nesse autor, encontraremos uma referência similar, quando de um ciclo de palestras em que participa em Indiana, Estados Unidos.

“... o seu sistema excessivamente paternalista e mesmo autocrático de educar os índios desenvolveu-se às vezes em oposição às primeiras tendências esboçadas no Brasil no sentido de uma democracia étnica e social” (FREYRE apud GUIMARÃES, 2001, p, 148).

Mas a ideia de uma “democracia étnica” no Brasil, em que a cor não seria um empecilho ao acesso às oportunidades e riquezas produzidas, já povoava o imaginário dos países europeus e americanos a muito tempo antes dessas ideias ganharem espaço no debate acadêmico e político nacional. Podemos perceber isso em uma intervenção feita pelo abolicionista Frederic Douglas em uma palestra em 1858, como apresenta o professor Antônio Sérgio Alfredo Guimarães:

Mesmo um país católico como o Brasil — um país que nós, em nosso orgulho, estigmatizamos como semibárbaro — não trata as suas pessoas de cor, livres ou escravas, do modo injusto, bárbaro e escandaloso como nós tratamos. [...] A América democrática e protestante faria bem em aprender a lição de justiça e liberdade vinda do Brasil católico e despótico. (GUIMARÃES, 2001, p, 149).

⁴ Ver, por exemplo, o livro do antropólogo norte-americano Charles Wagley, *Race and class in rural Brazil* de 1952.

De fato, esse debate ganhará maior repercussão no Brasil com o surgimento e vulgarização da ideia de “cultura”, que contrapondo-se às concepções de “raça”, nega o carácter irreversível da inferioridade moral e psicológica do negro, como essa última apregoava. Ainda distante de representar uma melhoria na situação do negro no Brasil, será uma maneira eficiente de incorporar essa parcela da população ao plano econômico e principalmente ideológico brasileiro.

Após o ano de 1945 e com o fim da ditadura varguista, abre-se o período democrático no Brasil. É o momento em que teremos o avanço do debate político sobre os rumos da democracia no país, seja ela econômica, social, política e também racial (essa última na ordem do dia das pautas dos movimentos negros da época). Não podemos perder de vista que a ideia de uma “democracia racial” no país vai também de encontro a demonstrar o avesso dos conflitos raciais que se reproduziam nos Estados Unidos. Somente com o projeto da UNESCO sobre as relações raciais no Brasil que durou entre 1952/55 (e que buscava encontrar em solo nacional os elementos de uma convivência étnica não conflituosa) que o debate sobre a existência de uma democracia racial no país ganha maior visibilidade. O sociólogo Clóvis Moura (1925-2003) refere-se a esse debate da seguinte maneira:

Esses estudiosos, verdadeiros químicos antropológicos, sociológicos e historiadores analisavam os movimentos sociais dos escravos negros como se eles não estivessem engastados em um modo de produção, mas se limitassem à soma ou subtração de traços culturais africanos e ocidentais, para ver-se se esses movimentos antiaculturativos eram uma rejeição completa aos padrões culturais ocidentais ou podiam ser compreendidos através dos conceitos de *sincretismo*, *aculturação* ou *assimilação* (MOURA, 1988, p, 10).

Esse esforço voltado para a participação do negro na formação social brasileira enquanto contribuinte da cultura nacional nos revela importante passo dado na quebra dos paradigmas de um debate que tinha por princípio elidir qualquer que seja a contribuição do negro na formação nacional. Lembremos que o projeto político brasileiro do fim do século XIX, o “branqueamento”, tinha por pressuposto o

desaparecimento gradativo do negro no seio da sociedade brasileira através da miscigenação.

A tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos raças “mais adiantadas” e “menos adiantadas” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças, e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros do que elas. (A imigração branca reforçaria a resultante predominância branca.) (SKIDMORE, 1976, p, 81).

Por outro lado, essa interpretação da “integração” do negro sendo feita, como já foi dito, predominantemente pela via cultural, sem uma verdadeira “integração” econômica, social e política, deita um véu sobre as contradições fundamentais do sistema escravista (as relações antagônicas entre a força de trabalho escrava ante os detentores dos meios de produção colonial), culminando em um entendimento do papel do negro na formação nacional em que seus esforços são voltados, por todo o período colonial e persistindo no pós - abolição, aos elementos de *sincretismo*⁵ na formação da cultura brasileira. Esta passagem bastante elucidativa da antropóloga Lilian Schwarcz (1957-) não deixará dúvidas sobre o ponto abordado:

O “cadinho das raças” aparecia como uma versão atualizada do mito das três raças, mais evidente aqui do que em qualquer outro lugar. “Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma quando não na alma e no corpo, a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena e ou do negro”, afirmava Freyre,

⁵ Sincretismo é a fusão de diferentes elementos culturais que acaba por resultar em um fenômeno diverso de ambos. Nesse caso, o sincretismo vem ressaltar a ideia da miscigenação na formação do Brasil.

fazendo da mestiçagem uma questão de ordem geral. Freyre mantinha intocados em sua obra, porém, os conceitos de superioridade e de inferioridade, assim como não deixava de descrever e por vezes *glamourizar* a violência e o sadismo presentes durante o período escravista. Senhores severos mas paternais, ao lado de escravos fiéis, pareciam simbolizar uma espécie de boa escravidão, que mais servia para se contrapor à realidade norte-americana. (SCHWARCZ, 2010, p, 12).

O grande problema evidenciado nessa interpretação, a nosso ver, é o de que o negro é incorporado como agente da formação nacional como sujeito “pré - político”, no sentido em que toda a complexidade de sua dinâmica enquanto sujeito que faz a história a partir de sua inserção nos modos de produção colonial, sua organização para lidar com a violência inerente ao sistema de produção vigente, suas táticas de resistências diversas e outras variadas formas de construção de um novo meio político e social em que pudesse gozar de melhor situação frente sua condição de escravo, é abandonada. Isto é, as formas as quais dispôs para a construção de um novo projeto político e social, sua contribuição na derrocada do sistema escravista para a passagem ao capitalismo (mesmo que essa transição possa não o ter beneficiado de fato) e consequente desenvolvimento nacional, haja vista a condição extrema de degradação do trabalho no qual encontrava-se, não é levado a status de elemento dinâmico quando retornamos, pela via dos autores culturalistas (em seu sentido pejorativo) à história brasileira.

Tema

Portanto, pretendemos analisar a partir de debate bibliográfico as obras *Rebeliões da Senzala e Brancos e negros em São Paulo*, respectivamente dos sociólogos Clóvis Moura e Florestan Fernandes/Roger Bastide. Nosso objetivo será buscar qual é a compreensão que esses autores possuem, e até que ponto consideram *a participação do negro em sua ação política individual ou coletiva, importante à derrocada do sistema escravista no Brasil*. Seriam as revoltas e rebeliões escravas ações políticas fundamentais para a dissolução do trabalho escravo? Essa é a questão fundamental a qual permeará nosso trabalho. Desta forma, acreditamos contribuir de alguma maneira para o debate sobre a participação do negro na formação nacional, tendo em vista, a contribuição proporcionada pelos autores.

Outras questões que inevitavelmente surgirão ao longo do trabalho e que por hora nos inquietam, são: as diversas formas de resistência negra no período escravocrata no Brasil podem ser consideradas protestos contra o regime escravista do ponto de vista estrutural? Ou suas manifestações seriam contra as condições locais da situação de escravizado? Qual a intenção dos autores ao tomarem a perspectiva do negro para empenharem-se na investigação sociológica da formação político - social no Brasil? Qual a metodologia utilizada pelos autores para a compreensão da dinâmica social brasileira? Quais são os pontos de convergência e divergência entre os autores na ideia da contribuição do negro na degradação do sistema escravista? Essas são algumas das questões as quais buscaremos responder (sem, contudo, esgotá-las).

Algo que deve ser situado desde já é que a adoção da perspectiva racial para a compreensão das relações sociais no Brasil é um eixo fundamental que perpassará a grande parte da produção intelectual desses autores⁶. Sendo assim, estaremos nos debruçando sobre o debate maior ao qual Clóvis Moura e Florestan Fernandes⁷ estão inseridos, o papel do negro na formação do Brasil. Seguem algumas considerações.

⁶ Para citarmos algumas obras: *Rebeliões da senzala* (1959), *O preconceito de cor na literatura de cordel* (1976), *O negro, de bom escravo a mau cidadão?* (1977), *Os quilombos e a rebelião negra* (1983), de Clóvis Moura. *Brancos e negros em São Paulo, com Roger Bastide* (1955), *A integração do negro na sociedade de classes* (1964), *O negro no mundo dos brancos* (1972), *O significado do protesto negro* (1988), de Florestan Fernandes.

⁷ Neste trabalho, serão estudados mais detidamente os capítulos escritos por Florestan Fernandes (os três primeiros), por se debruçarem sobre a problemática central deste trabalho, que será a perspectiva do negro sendo adotada a partir da análise de sua condição enquanto trabalhador, ou seja, enquanto *escravo*.

Aquele que possuir a mínima familiaridade com a história brasileira saberá que um intenso debate que perdurou em solo nacional, dados os anseios com o desenvolvimento brasileiro, foi o da formação de uma identidade nacional. Grande parte da *intelligentsia* brasileira, observando os rumos que tomava o desenvolvimento nacional, voltaram-se para esse debate buscando, entre outros pontos como os direcionamentos para a política e a economia, um lugar para situar o negro na história brasileira. Pois, por essa via, procuravam também uma identidade para construção da ideia de um Brasil nação.

À luz do que pudemos desvendar, a respeito da situação do negro e do mulato em São Paulo, parece óbvio que se deve pensar numa mudança radical de tal orientação e de modo a se levar em conta, também, contingentes populacionais localizados nas grandes cidades. No estabelecimento de uma política de integração racial assim orientada, os diversos seguimentos da “população de cor” merecem atenção especial e decidida prioridade. [...] Porque não se pode continuar a manter, sem grave injustiça, o “negro” à margem do desenvolvimento de uma civilização que ele ajudou a levantar. (FERNANDES, 1978, p, 575, grifo nosso).

Percebemos que uma das fortes preocupações de Florestan Fernandes está relacionada ao bloqueio à “integração” do negro no regime de trabalho livre de forma preponderante. Na sua passagem de “escravo à cidadão”.

Como iremos demonstrar ao longo do trabalho, Clóvis Moura coincide sua interpretação dos acontecimentos a essa visão da “marginalização” do elemento negro, ex-escravo, chamando a atenção desde o início para o fato de que o projeto de modernização do Brasil não tinha intenções de inclusão ao regime de trabalho livre, esse agente histórico. Ao contrário, os mecanismos de barragem a essa inclusão foram por sua vez aperfeiçoados em vista de sua eficácia.

(...) Desde o início da formação da nação brasileira essa contradição é permanente, visível e se aguça

progressivamente. Por isso *fizemos a independência conservando a escravidão e fizemos a abolição conservando o latifúndio*. Nessas duas fases de mudança, não se desarticulou aquilo que era fundamental. Conservou-se aquelas estruturas arcaicas que impediam um avanço institucional maior. (...) Por isso temos ainda atrasos seculares relevantes que continuam influenciando em grandes camadas de nossa população (MOURA, 1988, p, 24 e 25).

Assim, os elementos do que podemos chamar de *modernização conservadora*⁸ serão fundamentais para se compreender todo um sistema que mesmo desenvolvendo suas forças produtivas, manteve intactas as estruturas fundamentais de blindagem à inserção e desenvolvimento do negro no seio da sociedade brasileira.

⁸ Modernização conservadora é um conceito elaborado pelo sociólogo norte americano Barrington Moore Jr no livro *As origens sociais da ditadura e da democracia* (1966), que busca explicar o processo de modernização industrial sendo feito através de “pacto” com os setores da economia rural. No Brasil, isso significará a modernização capitalista sendo feita mantendo privilégios às antigas classes detentoras do monopólio da produção escravista.

Metodologia

Para aproximarmos-nos da compreensão da realidade brasileira principalmente no período que privilegiaremos tratar aqui, a saber, o período final de desagregação do regime escravocrata, serão necessárias algumas breves considerações.

A historiografia da primeira metade do século XX no Brasil irá contribuir para um debate muito importante no que diz respeito às teorias que se voltaram para a interpretação do país. Nesse caso, a existência ou não de um regime feudal no Brasil. A interpretação de um “feudalismo brasileiro” possuía aproximação com a metodologia a qual o PCB (Partido Comunista Brasileiro) encarava o desenvolvimento do processo histórico das forças produtivas no país. A partir de uma interpretação do legado da teoria de Marx feita pela III Internacional Comunista, o PCB (e grande parte da historiografia da época) teria aplicado para a investigação da formação brasileira, o método materialista histórico (que considera a força motriz da história a luta de classes) de forma mecanicista, em que o desenvolvimento supremo das forças produtivas (o capitalismo) traria consigo os elementos fundamentais à sua própria superação, a saber, o elemento revolucionário em potencial: o proletariado industrial⁹. De acordo com essa formulação, o Brasil teria que necessariamente superar suas relações feudais e semif feudais para alcançar o desenvolvimento pleno do capitalismo, para assim, ser superado dando lugar ao socialismo e conseqüentemente, ao comunismo.

O impasse da caracterização da existência de um modelo feudal no Brasil faz com que o trabalho escravo seja tomado como elemento secundário frente aos grandes latifúndios. Assim, caía-se no problema de que o quadro geral explicava o negro em condições de trabalho escravo, e não o contrário. A posição do negro enquanto escravo, enquanto força de trabalho compulsório e as formas as quais ele dinamizava o restante das relações sociais, não eram colocadas como elemento fundamental para a compreensão do período do regime escravocrata e nem de sua condição frente ao advento do trabalho livre. Nesse caso, a aristocracia, a família, o patriarcado e a figura do camponês foram os elementos privilegiados para caracterização de uma sociedade feudal no Brasil¹⁰.

⁹ Para uma exposição do tema: MENDES. Claudinei Magno Magres, “A questão do feudalismo no Brasil: um debate político”, 2013, CEMOrOC-Feusp.

¹⁰ A esse respeito, consultar de Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, as respectivas obras: *Casa Grande e senzala* (1933) e *Instituições Políticas no Brasil* (1949).

Neste pequeno espaço introdutório, não iremos nos aprofundar sobre a dimensão desse debate. Porém, dele iremos extrair o elemento que consideramos dos mais importantes para a realização do nosso trabalho, a saber, o *método* utilizado para análise da interpretação do protesto escravo brasileiro.

O historiador paulista Caio Prado Junior (1907-1990) opôs-se a essa interpretação da histografia brasileira da primeira metade do século XX, em que predominava o *etapismo* como processo do desenvolvimento nacional, em prol de uma análise *dialética*, não esquemática que caracterizava como já participante do processo de formação capitalista, o Brasil colonial¹¹. Caio Prado, descobriu que uma das características fundamentais do modelo de capitalismo que estava sendo gerado no Brasil era de tipo onde a “modernização” se desenvolvia ao mesmo tempo em que se reproduziam estruturas “pré-capitalistas”, características do processo de acumulação primitiva. Dito isto, faz-se aqui a importância de ressaltar que tanto Clovis Moura como Florestan Fernandes sofrem influência do historiador paulista sobre a característica do modelo de capitalismo desenvolvido no Brasil, um capitalismo que tem por condição vital a funcionalidade entre o “pré-capitalista” e o “moderno”. Essa constatação é muito importante para que os autores identifiquem o que consideram as barragens utilizadas pela elite nacional para que os negros não desfrutassem de mobilidade social no período de transição do trabalho escravo para a solidificação do trabalho livre.

Ambos os autores, para a compreensão do papel do negro na formação brasileira, não apenas utilizaram dos referenciais teóricos já consolidados pelas ciências sociais, como também, num ato de autenticidade, deram sua própria contribuição nas formas de investigação metodológica para a interpretação do Brasil. Portanto, dada a complexidade dos autores e a forma dinâmica com que abordaram a problemática do negro brasileiro, compreendemos que se faz necessário o estudo das obras *Rebeliões da Senzala* (1988), de Clóvis Moura, e *Branços e negros em São Paulo* (1955), de Florestan Fernandes em parceria com Roger Bastide. A partir do *método expositivo*, utilizando-nos do recurso bibliográfico, pretendemos desenvolver uma análise entre esses dois autores identificando qual lugar ocupavam suas obras em meio as correntes teóricas elaboradas na época para investigar o assunto. A que grupo ou sujeito elas

¹¹ Para maior aprofundamento do problema, recomendamos: JUNIOR. Caio Prado, *Formação do Brasil Contemporâneo*, 2000, Ed. Publifolha; SCHWARTZ. Gilson, *Caio Prado Junior, um mestre na dialética do tempo brasileiro* (Guia de leitura), 2000, Ed. Publifolha.

estariam sendo direcionadas (visto que estava em aberto um forte debate sobre as condições de uma democracia racial no Brasil.) e o mais importante (de acordo com nossa proposta), quais foram as formas, dada sua condição objetiva de sujeito escravizado, que o negro encontrou (intencionalmente ou não) para cravar seu lugar na derrocada do sistema escravista brasileiro.

Faz-se necessário para pouparmo-nos de qualquer má interpretação, o esclarecimento de que esse trabalho visa o debate bibliográfico dos referidos autores partindo do pressuposto do negro (enquanto escravo) em sua ação política como contribuição na dissolução do sistema de trabalho escravo no Brasil. Portanto, nos eximimos aqui (sem, contudo, negar-lhe a importância) de qualquer debate que eleve o paradigma nacional ao plano da “cultura”, como mencionado criticamente no início deste trabalho.

CAPITULO I

LI SÉCULO XIX: DERROCADA DO SISTEMA ESCRAVISTA NO BRASIL

Nosso ponto de partida para o desenvolvimento do presente trabalho dá-se no momento que podemos chamar de “crise do império”, que confunde-se diretamente com a expansão do mercado capitalista europeu. Esse momento corresponde mais ou menos ao início da segunda metade do século XIX, em que o Brasil sofrerá profundas mudanças na dinâmica do sistema escravista.

O século XIX no Brasil iria elevar ao extremo as contradições resultadas dos anos precedentes de fardo histórico colonial, condição necessária à formação nacional brasileira. Seria o período em que se desenvolveriam relações fundamentais para a estruturação do que viria a ser a sociedade do trabalho livre e suas condições emergentes de desenvolvimento que perpassariam a história do século XX inteiro. Sabemos que o Brasil nesse período era um país recém independente que já articulava internamente as ideias liberais, porém dentro de uma divisão internacional do trabalho específica que o confrontava (e, como veremos, ao mesmo tempo o dinamizava) com o “impasse” do trabalho escravo; era o país que experimentava através das propagandas, dos discursos e da literatura o ideário de construção de uma nação que, paralelamente, tinha por base a contraditória negação de uma enorme camada fundante de sua população como povo, a saber, a população escrava. Era o país que alçava o indígena como símbolo nacional, dotado das melhores e mais nobres qualidades de herói, ao mesmo tempo em que encontrava nas relações concretas sua condição reduzida a força de trabalho compulsória que vai desde os princípios da colonização lusitana até ser ainda mais superexplorada no período de dinamização da produção de café. Esses são alguns dos aspectos que formam os grandes dilemas os quais se defrontará o Brasil a partir do século XIX, e que caracterizará seu modelo liberal.

Com a expansão do capital europeu (mais especificamente o britânico) em solo brasileiro, acabamos por sofrer alterações no que diz respeito à relação da terra com seu trabalho produtivo. Com o implemento de vias de transporte, comunicação e o crescimento da área urbana, desperta-se um grande fluxo de migração interna para essas áreas, fazendo com que a produção no campo se eleve para cada vez mais atender essa nova demanda das cidades, do mercado industrial e comercial externo e a nascente

industrialização interna¹². Nesse intuito de suprir as exigências cada vez mais agudas do mercado internacional, é implementada em 1850 a lei de terras no Brasil, em que a terra passa de patrimônio da coroa, para patrimônio da nação; passa de uma relação social de prestígio e status diante da coroa, para relação de compra e venda na figura do Estado.

De acordo com a Lei de Terras de 1850, a única maneira de se adquirir terra era comprando-a do governo, o qual atuaria como mediador entre o domínio público e o provável proprietário. A relação pessoal que anteriormente existia entre o rei e o pretendente transformou-se numa relação impessoal entre o Estado e o pretendente. Em vez de ser uma dádiva pessoal concedida pelo rei segundo as qualidades pessoais do indivíduo, a terra podia ser obtida por qualquer pessoa com capital suficiente. Quando a terra era uma doação real, o rei tinha o direito de impor certas condições, regulamentando seu uso e sua ocupação e limitando o tamanho do lote e o número de doações recebidas por pessoa. Quando a terra tornou-se uma mercadoria adquirida por indivíduos, as decisões concernentes à sua utilização passaram a ser tomadas por esses mesmos indivíduos. (VIOTTI, 1998, p, 174).

¹² Nos países europeus que protagonizaram a formação de seus Estados nacionais, certamente o fizeram para a elevação e fortalecimento da burguesia em ascensão que já encontrava no seio da sociedade largo domínio sobre as relações sociais que estavam internamente em movimento. Porém, a esfera política ainda estava sob o domínio dos velhos reis, nobres, barões feudais e sacerdotes. Como sabemos, com o renascimento do comércio no século XV é que iremos presenciar a crise desse antigo modo de produção para expansão dos mercados e generalização das novas relações capitalistas que despontavam. A escravidão moderna, umbilicalmente ligada ao dinamismo capitalista, é fruto disso. No Brasil, porém, o dilema do Estado, que vem amparado pela modernização das relações sociais que cada vez mais passam a se manifestar ao longo do século XIX, assume viés curioso. Por mais paradoxal que pareça, a formação do Estado no Brasil surge para atender a urgência da pauta escravista, não em sua dissolução rumo ao caminho liberal, mas sim a pontuar as demandas da elite nacional em superexplorar a mão de obra escrava. Pois, no pós independência, esse rompimento com a metrópole significará a alavanca interna, a dinamização do trabalho escravo, em que o escoamento dos bens produzidos não iriam voltar-se mais em abundância para a ex-metrópole, o que se tornaria a pedra de toque – acumulação de capital – para o fortalecimento e fortalecimento da elite local. Colocado o problema dessa forma, podemos dizer que a escravidão no Brasil assume dois papéis no tempo: do século XVI às últimas décadas do século XVIII, ela se desenvolve mediante exploração e acumulação primitiva voltada à metrópole; das primeiras décadas do século XIX, principalmente com a independência e a formação do Estado nacional, até sua derrocada (oficial) em 1888, a escravidão é dinamizada para atender as demandas de acumulação interna e fornecimento de produtos de exigência do mercado externo (cristalizado, no Brasil, na produção *principalmente* do café).

No período inicial da colonização, a terra era de total domínio da coroa, fazendo com que aquele que almejasse possuir um lote de terra para o fomento da produção, devesse gozar de algum prestígio pessoal ou status social para que lhe fosse concedido o privilégio de posse da terra. Mesmo com leis de regulamentação (como de limite de seu uso para produção, ou do próprio tamanho de seu lote) o arbítrio final era da coroa. A partir do século XIX, com as transformações do capitalismo europeu, seu impacto é decisivo no Brasil para que a lei de terras passe para propriedade de domínio da nação, em que não mais o prestígio ou status social à coroa seriam o suficiente para sua aquisição, mas sim aquele que portasse o capital suficiente para adquiri-la.

As consequências dessa lei de terras para o escravo eram previsíveis, podendo-se dizer que a partir dessa lei passamos a assistir ao princípio do processo de marginalização em que se encontrará o negro no momento posterior a abolição. Como a terra passaria de posse da coroa para patrimônio nacional, as relações não eram mais travadas através da coroa com o pretendente a sua aquisição, mas sim do Estado com o indivíduo portador de capital suficiente para sua compra. No caso do escravo, mesmo aquele saído dessa condição de trabalho através da compra de sua alforria, não conseguia angariar capital suficiente para a compra da terra em proveito de seu sustento, e como a coroa a partir desse momento faz a transição da terra como seu patrimônio (e, portanto passível de concessão) para patrimônio da nação (alterando a concessão para a relação de compra e venda diante do Estado), a coroa logo exime-se de quaisquer obrigações compensatórias ao ex-escravo por seus “serviços prestados” à nação. Florestan Fernandes, comentando criticamente esse contexto, dirá:

“Apesar dos ideais humanitários que inspiravam as ações dos agitadores abolicionistas, a lei que promulgou a abolição do cativo consagrou uma autêntica expropriação dos escravos pelos senhores. Aos escravos foi concedida uma liberdade teórica, sem qualquer garantia de segurança econômica ou de assistência compulsória; aos senhores e ao estado não foi atribuída nenhuma obrigação com referência às pessoas dos libertos, abandonados à própria sorte daí em diante. Em suma, prevaleceram politicamente os interesses sociais dos proprietários dos escravos, à medida que aqueles interesses não colidiam com o fim explícito da lei abolicionista.” (FLORESTAN, 2008, p, 65).

Esse é um dos principais dilemas em que se encontrará imerso o negro, ex-escravo, no período subsequente a abolição. Período no qual não poderá recorrer por “indenização” ou qualquer outro meio legal ao Estado pelo período de trabalho executado durante a escravidão. Desse modo, o cunho liberal que acabou sendo incorporado para a aquisição de terras no Brasil, ao privar o ex-escravo de aquisição por doação a um lote de terra, o Estado acaba por estimular o imigrante a transformar-se, em solo brasileiro em um pequeno proprietário rural.

Como Clóvis Moura nos mostrará, com uma interpretação que se aproxima bastante da mencionada por Florestan Fernandes, essa medida desembocava em um claro projeto político: ao dificultar o acesso a terra para o trabalhador ex-escravo, a elite pretendia uma modernização nacional incorporando em seu projeto o trabalhador livre europeu, na razão inversa em que descartava o trabalhador negro.

A lei da terra tinha, no fundo, conteúdo político. Ela deu um cunho *liberal* à aquisição de terras no Brasil, mas visava a, de um lado, impossibilitar uma lei abolicionista radical que incluísse doação pelo Estado de parcelas de gleba aos libertos e, de outro, estimular o imigrante que via, a partir daí, a possibilidade de transformar-se em pequeno proprietário, aqui chegando. (...) O que se desejava, em última instância, era, através dessa estratégia de modernização, conservar-se a grande propriedade, mas com o trabalhador livre importado, descartando-se, assim, definitivamente, a integração do trabalhador nacional, especialmente do ex-escravo negro, após a abolição. (MOURA, 2014, p, 110, 111).

O negro é importante enquanto elemento necessário à produção e reprodução do modelo de sociedade escravista no Brasil. Porém, é também o seu algoz, o “inimigo interno” forjado na cabeça da elite brasileira, capaz de se rebelar e insurgir contra seus senhores a qualquer momento. O medo das elites nacionais de que o Brasil pudesse ser palco de revoltas influenciadas pelas correntes movimentações na Europa e na experiência revolucionária de São Domingos (Haiti), não deve ser perdido de vista. O Estado nacional, que tem que lidar com esses impasses do trabalho escravo no Brasil frente sua modernização, ao forjar-se em meio as disputas internas (o setor liberal na

Assembleia Legislativa buscando limitar o poder do imperador) e externas da época (implantar o liberalismo mantendo os privilégios patronais numa sociedade em que prevalecem relações escravistas) irá necessariamente, para solidificar-se, encabeçar a forma como se dará essa desagregação em privilégios para os antigos donos de terras. E para manter a estabilidade no contexto, a vigilância do Estado com sua mão de obra era constante, ainda mais se lembrarmos que nesse período, passada a primeira metade do século XIX, as revoltas escravas ganham maior coro em consonância ao esfacelamento da escravidão.

Atemorizados pelos espectros da Revolução Francesa e da revolta de escravos no Haiti, desconfiavam tanto do absolutismo monárquico quanto dos levantes populares revolucionários e estavam decididos a restringir o poder do imperador e a manter o povo sob controle. Para levar a cabo seu projeto encontraram sua principal fonte de inspiração no liberalismo europeu. (VIOTTI, 1998, p, 138).

O iminente processo de modernização no Brasil que visava a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, já esboçava seus percalços no país por intermédio da lei de terras. Fica claro que, como ressaltado por Moura, a terra passando a integrar uma lógica *liberal*, ela estará participando profundamente de uma transformação da força de trabalho. Com a lei de proibição do tráfico negreiro de 1850¹³, começa uma série de movimentações internas que visavam atender a demanda de mão de obra escrava nas regiões em que despontava a produção de café (Minas, São Paulo, Rio de Janeiro). Com a exploração e constante declínio da mão de obra escrava ocorrida por fugas a quilombos (cada vez mais constantes nos anos que precederam a abolição), suicídios, revoltas individuais e coletivas etc., adquiri-la passa a ser cada vez mais difícil e caro dada a fiscalização em relação ao tráfico e os prejuízos deixados por esses levantes escravos. Nesse contexto, o trabalhador livre surge como uma saída a essa “crise” a qual o sistema escravista encontrava-se. O imigrante europeu trabalhando na

¹³ Mais conhecida como lei Eusébio de Queirós, datada de 4 de setembro de 1850, ela foi resultado da pressão externa britânica. Essa lei, que colocava um fim definitivo ao tráfico de africanos para serem escravos no Brasil. Internamente, sua consolidação ocasionou uma verdadeira “corrida do tráfico” de escravos no país, dado os enormes custos a que passou a ser a compra de um escravo e o cada vez mais crescente lucro dos traficantes. Nesse contexto, podemos dizer que se inicia a “crise do Império” rumo à transição para a República.

terra do fazendeiro, se instalaria no território e quando possuísse seu próprio capital tornar-se-ia um pequeno proprietário de terras substituindo cada vez mais, nessa lógica de dinamização do capital, o trabalho escravo pelo trabalho livre.

Apesar de estas primeiras tentativas particulares com a parceria terem sido bastante traumáticas para os fazendeiros que se arriscavam nesta empresa — dada a resistência imprevista dos imigrantes as condições de trabalho —, elas suscitaram um tema que doravante ocuparia cada vez mais espaço nas propostas tendentes a instituição de um mercado de trabalho livre. É o tema do imigrante ideal e o tipo de condições que lhe deviam ser oferecidas a fim de que ele se fixasse no país e cumprisse com a sua suposta missão de introdutor e agente de progresso e civilização. (AZEVEDO, 2004, p, 52).

Porém, a solução não se aplicou tão perfeitamente, até porque houveram inúmeras dificuldades ao processo de imigração no Brasil, sendo uma delas, como mencionado, a resistência a aceitar as condições de trabalho no campo brasileiro por parte dos imigrantes. Outra condição fundamental para a compreensão desse empecilho à entrada (e permanência) da mão de obra imigrante foram as propagandas endereçadas contra a emigração para o Brasil, feitas por alguns países europeus.

Essa prevenção subsistia na década de 1870. Os governos da França e da Itália tomavam providencias com o objetivo de alertar suas populações para que não emigrassem para o Brasil. Em circular, datada de 31 de agosto de 1875, o conde de Meaux, em nome do governo francês proibia terminantemente a emigração para o Brasil, e o governo italiano, em setembro, ordenava aos prefeitos que advertissem aos italianos que ao emigrarem para o Brasil, se exporiam à miséria. (VIOTTI, 1997, p, 166).

Essa maneira encontrada por países como a França e a Itália para não terem seu contingente populacional e de força de trabalho emigrado para um continente em que concorreriam à possibilidade de tornarem-se com o tempo pequenos produtores, é uma

das ações que contribuem na dinamização do trabalho escravo nesse período pós 1850. Com essa tática de inibição da emigração para o Brasil, há o esforço dos proprietários de café (amparados no Estado) e do capital estrangeiro britânico em dinamizar a mão de obra escrava para manutenção e incentivo desse setor produtivo.

Quando passa a exercer o controle comercial sem contudo se valer das tradicionais políticas colonialistas, a comercialização britânica com o país se dá pelo consumo da produção de matéria prima e produtos alimentícios. Sendo assim, alimentando seu desenvolvimento interno com a produção escravista, a Inglaterra, concomitantemente desenvolve e moderniza postos estratégicos ao escoamento dessa produção.

Na medida em que o escravismo se decompunha as nações dominadoras do mercado mundial passaram a aplicar capitais no Brasil, naqueles setores estrategicamente relevantes como portos, estradas-de-ferro, comunicação, bancos e outras formas de investimento (MOURA, 1988, p, 26).

Certamente, esse investimento de capital cumpre o papel de acelerar as condições locais para o implemento do trabalho livre no Brasil. Porém, esse mesmo investimento dinamiza e impulsiona as condições de trabalho escravo, influenciando diretamente em sua produção visando o atendimento das exigências dos mercados europeus. É preciso ter em vista que o desenvolvimento industrial europeu gera uma constante expansão urbana e populacional, fazendo com que não apenas as exigências de matéria prima para produção industrial têxtil estejam na ordem do dia, mas também os produtos para o consumo da classe trabalhadora em constante crescimento juntamente com o capital britânico. Essa dinâmica é ao mesmo tempo o júbilo e o fastio do proprietário de café naquele momento, pois, ao mesmo tempo em que esse aumento de demanda aumenta o lucro obtido com sua produção, ela também demanda a mão de obra escrava que nesse contexto encontrava-se cada vez mais escassa e superexplorada, o que diminuía o período de “utilidade” dessa força de trabalho.

Dessa forma, medidas como a restrição ao tráfico de escravos encetada pela Inglaterra, que se cristaliza na lei Eusébio de Queirós, ganha outro contorno: não é apenas uma medida de impulsionamento do capitalismo no Brasil para criação de um mercado para escoamento das mercadorias inglesas, mas também uma forma de baratear

a produção de mercadorias no país escravista para atender suas próprias exigências industriais. Isso fará com que a demanda do produto do café desagregue a produção das antigas zonas faustosas de trabalho localizadas no norte e nordeste e movimente essa mão de obra para intensificação produtiva encontrada no sudeste. Sendo assim, não é possível adotar o ponto de vista linear de que essas modernizações eram as premissas históricas do capital produtivo, antes devem ser pensadas como condição de sobrevivência desse capital externo produtivo.

Será dentro desse contexto que as ideias imigrantistas tomarão maior fôlego. Em nenhum momento o destino do escravo negro foi inserido na ordem do dia de forma tão urgente quanto nesse momento de transição do sistema escravista ao capitalismo dependente.

Como já mencionamos, as primeiras experiências com os imigrantes não foram positivas ao fazendeiro pela sua insubmissão frente as condições degradantes de trabalho encontradas no Brasil. Soma-se a isso, como também já vimos, a propaganda anti emigrantista levada a cabo pelos países europeus de onde saíam os braços que abasteciam os postos de trabalho no Brasil da segunda metade do século XIX.

O trabalhador imigrante, bem mais que protagonizar a substituição gradativa do escravo pelo trabalhador livre, dentro do contexto ideológico produzido nesse período de transição, vem principalmente (no pensamento das elites brasileiras) abrir caminho à “civilização” e o “progresso”, identificando assim, como motivo do “atraso” a esse processo civilizatório, o negro escravo.

(...) Um exemplo típico desta postura numa época em que ela ainda tomava forma. Em seus textos [Tavares Bastos] há uma ligação explícita e até mesmo orgânica entre branco e trabalho livre e, portanto, liberdade/progresso/civilização, o que por sua vez implica pequena propriedade/cultura intensiva e diversificada/desenvolvimento. Já o negro definia-se pela falta disso tudo, ou pela negação do que é bom, do que é ideal. O negro era o real a corrigir, pois denotava a própria escravidão e, por conseguinte, trabalho compulsório/atraso/barbárie e imoralidade, o que implicava grande propriedade/monocultura extensiva e rotineira/estagnação. (AZEVEDO, 2004, p, 55).

Essas ideias não eram novas, e estavam longe de constituírem-se em uma aproximação com as condições reais da sociedade. Dentro desse processo transitório, elas passam de certo modo a expressar a imagem que essa elite “tardia”, ou seja, esse setor dos proprietários de fazendas dessas regiões de maior importância na dinamização da economia do café tinha do Brasil em relação aos países capitalistas europeus e de si própria: uma nação fadada desde o nascimento à “degradação”, pois trazia em sua formação histórica as marcas da colonização portuguesa escravista. Levando em conta essa observação, o arcabouço ideológico que ampara essas ideias a respeito do escravo negro está nas raízes do que vem a ser o próprio debate sobre uma construção nacional.

Nesse caso, o problema encontrado por essa elite político - econômica e cultural era o de que predominava no seio de sua população o escravo negro, logo, contrastando com o referencial cultural “civilizatório” que buscavam. Particularmente ao caso brasileiro, isso fez com que a tentativa da construção de uma ideia de nação se desdobrasse em outros discursos ao longo do século XIX, repercutindo na aceitação das próprias teorias raciais no país. Em um primeiro momento, a identidade brasileira é erguida sobre as bases de uma contraposição à antiga metrópole, um *antilusitanismo*¹⁴ justificando a independência; em um segundo momento, temos uma “civilização europeia” no novo mundo, buscando seu fundamento na combinação de elementos europeus e brasileiros, tendo que para isso, negar uma enorme parcela de sua população como constituinte do povo brasileiro, pois nesse momento o escravo era considerado o inimigo interno que deveria ser superado rumo ao processo civilizatório.

Em *Cartas do Solitário* (1861) estes prejuízos são demonstrados a partir da tese da inferioridade racial dos africanos, já atestada, cientificamente. Para este autor [Tavares Bastos], a ciência já não deixava dúvidas de que

¹⁴ Há nas entranhas desse árduo processo de constituição nacional brasileira o embate entre “portugueses” e “brasileiros”. Dentro das tipologias construídas nesse discurso, estes se caracterizariam por “todos” aqueles nascidos ou não no país, mas que exigiam inserção nas instituições nacionais. Em geral, esse grupo estava restrito a elite e aos homens livres brancos que se identificavam com a causa da independência e se opunham aos “portugueses”, que, por sua vez, seriam todos os nascidos ou não em Portugal, que se ligavam aos interesses de manutenção das relações com a antiga metrópole. Essa postura adotada pelo Estado nacional irá encontrar no seio das classes populares seus desdobramentos mais violentos.

entre o branco e o negro, ou “entre esses dois extremos”, havia de fato um “abismo que separa o homem do bruto”. Portanto o regime de trabalho escravista padecia de problemas inerentes à própria raça de escravos originários da África. (...) Deste modo o leitor é levado a pensar que a origem dos males do país localizava-se no próprio negro, na sua inferioridade racial. Além de mau trabalhador, a sua simples presença havia impedido o aparecimento das indústrias no Brasil durante todos os séculos de colonização. Até mesmo a monocultura devia-se a ele, as culturas extensivas e rotineiras centradas em apenas um produto, deixando grandes áreas virgens incultas. Também podia-se acusá-lo de responsável pelas comunicações deficientes. (AZEVEDO, 2004, p, 54).

Toda essa movimentação em que afloram os diversos dilemas enfrentados em solo brasileiro encontrará sua solução no trabalhador imigrante europeu. A política de imigração passa a ser a tônica diretiva para a saída da crise em que encontrava-se o sistema escravista e conseqüentemente os setores produtivos preponderantes do país¹⁵. Nesse momento, a elite brasileira não possuía a menor dúvida sobre a “superioridade” do trabalho livre em relação ao trabalho escravo (e as teorias raciais se desenvolveram enfatizando isso), fazendo do imigrante o elo necessário para o tão almejado desenvolvimento capitalista interno.

¹⁵ Algo bastante ilustrativo dessa situação foi o projeto apresentado pelo deputado paulista e imigrantista Martinho Prado Junior (1843-1906) que autorizava o governo a pagar 400 contos anuais destinados às passagens dos imigrantes. Também propiciava o alojamento desses trabalhadores caso viessem destinados a instalarem-se com a família no trabalho da lavoura.

CAPITULO II

LI CLÓVIS MOURA ENCONTRA FLORESTAN FERNANDES: INTERPRETAÇÕES DO PROTESTO ESCRAVO EM FINS DO SÉCULO XIX

A queda do sistema escravista se desdobrará em inúmeras barreiras à “integração” do negro no surgimento do capitalismo no Brasil. Pois como sabemos, ideologias e inúmeras instituições surgirão para que seja dificultada qualquer forma de ascensão social ao povo recém saído do sistema de trabalho escravo. Porém, esse não será o objeto de nosso estudo neste trabalho. Por hora, nos cabe avaliar qual a importância que a ação política dos escravos teve na dissolução do sistema escravista nas últimas décadas do século XIX.

As similaridades nas obras de Florestan Fernandes e Clóvis Moura são tão interessantes quanto suas divergências. Ambos retornam em suas análises ao momento em que vigorava o sistema escravista no Brasil com o intuito de não somente interpretar as causas onerosas as quais levaram o negro ao seu destino fatídico (a falta de políticas reparatórias no momento pós escravidão), mas também, o que desejavam era buscar uma interpretação de um Brasil que fugisse das raias culturalistas que encontrava seu fundamento nos interpretes do Brasil da geração anterior. Para compreensão desse debate que irá se instaurar no período em que nossos autores se debruçam sobre os estudos do negro no Brasil, é preciso conhecer a inserção das correntes teóricas que os permitiram fundamentar as estruturas que abarcavam seu arcabouço crítico. Uma delas seria o marxismo.

A inserção do pensamento marxista no Brasil se dá por volta da década de 1920. Em 1923, Octávio Brandão (1896-1980) integrante e intelectual do recém fundado Partido Comunista Brasileiro (PCB), de 1922, traduz do idioma francês o *Manifesto do Partido Comunista* (1848), dos filósofos Karl Marx (1818-1893) e Fredrich Engels (1820-1895). Porém, essa importante publicação não alcança uma difusão eficiente, pois além das próprias limitações dos intelectuais na compreensão do pensamento dos autores, o material com que entravam em contato para os estudos marxistas era muito precário. Essa condição de precariedade em que encontrava-se o pensamento marxista nessa primeira metade da década de 1920, tende ao agravamento tanto de sua interpretação quanto de sua aplicação para a realidade brasileira. Influenciados pela interpretação dos escritos de Marx e Engels difundida pela II Internacional Comunista

(que naquele momento se constituía como a maior organização dos partidos políticos socialistas europeus na divulgação do pensamento marxista e da revolução), podemos constatar elementos de influência da teoria *positivista*¹⁶ em suas leituras e interpretações feitas do legado dos filósofos alemães.

Além das deficiências da literatura marxista que se difundia em nosso país, devemos levar em conta a situação do principal agente da difusão das concepções marxistas – o Partido Comunista Brasileiro – que se achava às voltas com uma grave crise interna e submetido à pressão de poderosas injunções internacionais. (...) O estalinismo, de resto, se combinava facilmente com os hábitos intelectuais da formação cultural de tipo positivista, comum a muitos intelectuais brasileiros e influentes no meio dos militantes do PCB. (KONDER, 2009, p, 207).

Essas interpretações equívocas das obras de Marx e Engels, na qual o PCB passou a se apoiar, fez com que a história brasileira fosse interpretada pelo partido a luz do *etapismo*, de sistemas esquemáticos importados de fora para análise da realidade social brasileira. Nessa concepção, predominava a ideia de que o Brasil ainda não se constituía completamente uma realidade capitalista em seu vigor pleno, devido ao fato da predominância da economia rural sobre a industrial. Nesse caso, seria preciso ser feita a revolução burguesa no Brasil para que fosse completamente superada essa etapa da realidade brasileira em direção ao momento da tomada comunista pelos trabalhadores operários. Dessa maneira ignorava-se como se davam os fatos para pensá-los normativamente. Era um esquema de desenvolvimento da história europeia que deveria ser importado e enquadrado no complexo desenvolvimento histórico brasileiro. Será o historiador paulista e integrante do partido comunista, Caio Prado Junior (1907-1990) que irá se contrapor a essa análise histórica do partido de forma mais abrangente, observando que a história da formação brasileira só pode ser entendida se pensada não como uma sucessão de etapas como o desenvolvimento dos países europeus, mas sublinhando que a história nacional se faz de forma particular (escravidão moderna)

¹⁶ Teoria desenvolvida pelo filósofo Francês Auguste Comte (1798-1857), tendo por principio a extensão dos métodos científicos elaborados pelas ciências naturais ao estudo da sociedade. Assim, buscava a fundação de uma “sociologia científica”. Comte entendia a história do pensamento como sendo dividida em três fases distintas: teológico (todas as coisas são explicadas pela vontade divina), metafísico (o pensamento abstrato do mundo é o que explica a conexão entre todas as coisas, como uma espécie de ocultismo) e positivo (todos os fenômenos podem ser explicados por experimentos demonstráveis, “científicos”)

porém universal (desdobramento do capitalismo europeu), pois o modo de desenvolvimento da produção material no país, se faz em relação (e determinação) direta do modo de desenvolvimento produtivo capitalista dos países europeus. Não apenas os dinamizando com a produção de alimentos e matéria prima, mas sendo também influenciado e dinamizado pelo seu modo de produção. Por isso não haveria um passado feudal no Brasil, mas uma etapa escravista particular da expansão do capital na América.

Nossos dois autores a serem estudados, com suas devidas particularidades, sofrerão influência dessa interpretação da realidade brasileira de Caio Prado Junior.

Clóvis Moura¹⁷ em *Rebeliões da senzala*, tendo lançada sua 1ª edição em 1959, irá participar do debate sobre a atuação do negro no regime escravista, contrário ao viés dominante que o cenário da época apresentava. Nesse caso, temos que lembrar que o autor que em maior proporção dinamizava o debate acerca do período escravista era o antropólogo pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987). Para Clóvis Moura, o tipo de interpretação da sociedade brasileira feita do período escravista que predominava nos círculos acadêmicos até aquele momento, além de colocarem o negro como um personagem “passivo” frente aos grandes dilemas da história da escravidão no Brasil, faziam por sobressaltar em suas obras perspectivas analíticas em que

“(…) etnologizava-se a história social e com isto os conteúdos das relações de produção fundamentais ficava para segundo plano. Em decorrência dessa ideologia

¹⁷ Como nos apresenta a socióloga Erika Mesquita em seu artigo homenagem intitulado simplesmente como *Clóvis Moura (1925-2003)*: “Clóvis Steiger de Assis Moura nasceu em 1925, em Amarante, Piauí, numa família de classe média-baixa (...) Na Bahia, Clóvis Moura entrou para a Faculdade de Direito, em 1944, curso que não concluiu. Naquele mesmo ano ingressou na carreira jornalística, trabalhando no jornal *O Momento*, diário do Partido Comunista do Brasil. Foi seu primeiro contato com o PCB, e contribuiu para aprofundar-se na teoria marxista e nas discussões envolvendo o movimento comunista internacional. Em 1945 tornou-se militante partidário, aos 20 anos. Em 1947 elegeu-se deputado estadual pelo partido, mas teve sua candidatura cassada pelo Tribunal Eleitoral, quando foi cancelado o registro do partido no governo de Eurico Gaspar Dutra (1945-1950).”

“Por conta desse revés político, Moura se transferiu para São Paulo em 1949, onde integraria a Frente Cultural do PCB, organismo que reunia Caio Prado Júnior, Villanova Artigas, Artur Neves, dentre outros intelectuais. Além de militar no PCB, Moura atuaria profissionalmente como jornalista, trabalhando para Samuel Wainer e posteriormente para Assis Chateaubriand nos Diários Associados. Concomitante a sua atividade profissional, pesquisava história, em particular sobre a rebelião negra no tempo da escravidão, tendo como objetivo demonstrar o importante e ativo papel do negro na formação da nação, não só do ponto de vista cultural, muito abordado naquele momento, mas — e principalmente — social, se desdobrando para os planos político e econômico. Em 1959 publicou seu primeiro e marcante livro, *Rebeliões da senzala*, uma interpretação marxista da escravidão no país pelo viés da resistência escrava.” (MESQUITA, 2004, p. 339).

estamos às vésperas do centenário de abolição e quase nada se fez de substantivo para saber-se quais das forças que deram dinâmica à passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, a forma como esse processo se verificou; os mecanismos que detiveram sua radicalização...” (MOURA, 1988, p, 16).

Para o autor, seria importante não perder de vista que *o problema do negro era ao mesmo tempo o problema do escravo*, ou seja, nesse processo histórico no qual foi a escravidão, a condição do negro e todas as formas encontradas por ele de sobrevivência e dinamização dentro do sistema deveriam ser interpretadas a partir do ponto de vista do *trabalho*, ou seja, a partir do processo no qual o homem se relaciona dentro de condições objetivas de transformação concreta da natureza, e ao modifica-la para atender as suas necessidades ou necessidades alheias, acaba por ser transformado também por essa mesma natureza do trabalho. Em outras palavras, dentro dessas condições concretas de “ser” negro, acaba por tornar-se *escravo*.

Clóvis Moura em momento nenhum nega a importância da manifestação cultural¹⁸ do negro como forma de resistência ao sistema escravista, ele apenas procura ressaltar que as relações concretas da dimensão do trabalho escravo (o alicerce principal de sustentação do sistema escravista) são onde as contradições fundamentais desse modo de produção se cristalizam, pois como observa o autor,

“(…) Do ponto de vista sociológico, [o sistema escravista] cindiu a sociedade colonial em duas classes fundamentais e antagônicas: uma constituída pelos senhores de escravos, ligados economicamente em face do monopólio comercial à metrópole, outra constituída pela massa escrava, inteiramente despojada de bens materiais, que formava a maioria da população do Brasil colônia e era quem

¹⁸ Para Clóvis Moura, os conceitos de aculturação, acomodação, sincretismo etc., acabavam por encobrir as verdadeiras relações contraditórias que ocorriam na escravidão brasileira. Para o autor, a violência era um dos elementos constitutivos fundamentais para a disciplina do trabalho, e conseqüentemente manutenção do status quo do modelo escravista. Logo, para ele, aqueles conceitos fartamente utilizados pelos autores que se voltaram com o viés culturalista para a história do negro no Brasil, acabaram por transformar relações que de um lado se amparavam na violência para transformar o negro em escravo.

produzia toda a riqueza social que circulava nos seus poros”. (MOURA, 1988, p, 47)

É importante ressaltar que Clóvis Moura não negará em momento algum a dinâmica das manifestações culturais como elementos fundamentais para a compreensão do que foram as relações escravistas no Brasil, sejam elas a dança, a religião ou os cantos entoados pelos escravos nas senzalas. Para nosso autor, diferentemente dos intelectuais contra os quais volta sua crítica, essas relações não se estabeleceriam de forma horizontal. Pelo contrário, para existirem tiveram que irromper em um contexto de luta e antagonismo entre senhores e escravos, como nos mostra o sociólogo Fabio Nogueira de Oliveira,

Clóvis Moura faz uma crítica aos conceitos antropológicos com racionalizações dos aparatos colonialistas e neocolonialistas, voltados à dominação das populações “primitivas”. Dessa maneira, opõe-se a uma interpretação culturalista da dinâmica da cultura negra e afro-brasileira – que os conceitos de sincretismo, assimilação, acomodação e aculturação procuram explicar de forma insuficiente, pois partem de uma horizontalidade de posições entre os grupos sociais que trocam e intercambiam traços de suas respectivas culturas e abstraem, dessa maneira, a posição desigual dessas culturas dentro do modo de produção escravista e capitalista. (...) Assim, ao considerar a cultura branca e negra como integradas à dinâmica das relações de poder e de produção na sociedade escravista, que opunham brancos e negros como classes antagônicas e, por outro lado, ao atribuir funções específicas a estas, Clóvis Moura politiza a cultura: os sistemas simbólicos e culturais em suas diversas manifestações – religião, culinária, vestimentas, línguas e técnica de trabalho – estão marcados por luta, oposição e contradição. (OLIVEIRA, 2011, p, 56).

Adotando o método de análise marxista¹⁹ para a compreensão da realidade a qual se pretendeu debruçar, o autor irá caracterizar a sociedade brasileira do período colonial como caracterizada e dinamizada pela oposição tácita entre as classes sociais, estando de um lado o negro objetivado nas relações de trabalho escravista, despojado de bens materiais, apenas portando a sua força de trabalho; de outro, os senhores de escravos, donos do monopólio comercial e dos meios para a produção das riquezas da sociedade escravista. Ele entendia os escravos como classe trabalhadora, a classe fundamental de sustentação da produção da riqueza no sistema escravista. Porém, como mais tarde ele observará, essa mesma classe trabalhadora, na passagem do trabalho escravo para o livre, se vê alijada dos postos de produção capitalista por um projeto abolicionista articulado pela elite nacional para promover apenas seus interesses, para isso, desenvolvendo uma série de políticas e ideologias para sustentá-lo numa condição desvantajosa frente os brancos nacionais e imigrantes no mercado de trabalho.

Já do outro lado, para entendermos a preocupação de Florestan Fernandes com o dilema do negro no Brasil, é preciso mencionar que o autor pensa o capitalismo brasileiro e seu desenvolvimento a partir da herança deixada pela escravidão. Isso será fundamental para ele buscar compreender qual o papel do elemento “negro” nessa dinâmica de abertura ao capitalismo dependente no país (que denomina como sociedade de classes) e de qual forma ele entra nessa nova organização social do trabalho livre. Nesse caso, é fundamental entender o contexto que proporcionou a Florestan Fernandes desenvolver a pesquisa sobre relações raciais no Brasil.

Na década de 1950, Florestan Fernandes²⁰ é convidado pelo sociólogo francês Roger Bastide (1898-1974) para desenvolverem uma pesquisa acerca das relações raciais em São Paulo. Essa pesquisa (parte de um projeto da UNESCO de combate ao racismo) integraria seu relatório internacional sobre os resultados das relações raciais no país (pois o projeto abarcaria, além de São Paulo, estados como Bahia e Rio de Janeiro), visto como um “caldeirão” das culturas, onde as “raças” teriam se assimilado ao ponto de erigirem uma convivência democrática no país. A ideia central seria demonstrar

¹⁹ É o método de interpretação histórica que atribui aos elementos de produção e reprodução da sociedade (como os modos de produção, as relações e técnicas de trabalho e produção sendo determinantes e determinadas pelos homens), cindindo-a em classes sociais antagônicas, influência fundamental no desenvolvimento histórico da humanidade.

²⁰ É considerado o maior sociólogo brasileiro do século XX, sendo também considerado o fundador da “sociologia crítica”, que buscava na contribuição dos três clássicos da sociologia europeia, como Emile Durkheim (1858-1917), Karl Marx (1818-1883), e Max Weber (1864-1920) os elementos metodológicos para interpretação da realidade política e social brasileira.

como o Brasil conseguiu avançar nas relações sociais sem contudo desembocar em tensões raciais. Esse projeto fazia parte de uma campanha internacional da UNESCO contra o racismo, tendo em vista a sombra do recente holocausto nazista (a agenda de combate ao racismo da UNESCO é de 1949) e a ampla presença do colonialismo. Nesse contexto, o Brasil é visto como um contraponto às experiências raciais nos Estados Unidos e África do Sul.

Tendo sido sua pesquisa direcionada às relações raciais em São Paulo, Florestan Fernandes apresenta um grande resultado para a compreensão do preconceito de cor quando retira o debate de onde estava imerso no culturalismo influenciado por autores como Arthur Ramos e Gilberto Freyre, para pensa-lo a partir do negro inserido dentro da estrutura de organização social tanto do trabalho escravo, quanto de sua passagem ao trabalho livre. Nessa pesquisa que resultou no livro *Branços e negros em São Paulo*, de 1955, concebido para integrar o projeto da UNESCO, Florestan Fernandes fica responsável por investigar a posição do negro na história econômica de São Paulo. Nesse trabalho, o autor apontará que com o declínio da produção aurífera em fins do século XVIII, a produção agrícola de São Paulo passará a ser dinamizada economicamente, o que favorecerá a passagem da agricultura de subsistência para a de grande lavoura. Porém, a partir da proibição do tráfico, a mão de obra escrava torna-se insuficiente para suprir a demanda decorrente da expansão da produção do café, levando, conseqüentemente, a que os fazendeiros paulistas invistam na importação de mão de obra livre europeia.

Dentro desse quadro ele observará o modelo oneroso de abolição da mão de obra escrava que recaiu sobre o negro no Brasil, privado de qualquer medida compensatória pelos anos de escravidão. Ele percebe que o próprio modelo competitivo nascente com o trabalho livre mostrava-se desigual e desvantajoso ao negro, pois além de não possuir as habilidades médias à nova organização do trabalho que se apresentava, a marca do *preconceito de cor* era um elemento a se considerar, o que colocava em vantagem o trabalhador branco, especialmente o europeu. O panorama apontado que faz parte dos resultados das pesquisas desenvolvidas por Florestan Fernandes na década de 1950, ganham aqui seus contornos mais importantes: não apenas seus resultados frustram os objetivos da UNESCO em evidenciar elementos da chamada *democracia racial* no Brasil, mas servem de base ao aprofundamento de suas investigações quanto as categorias de raça e classe dinamizando as relações sociais internas.

Nesse livro, principalmente em seus três primeiros capítulos, sua preocupação estará voltada aos elementos que permanecem como resquício da sociedade estamental e se dinamizam com o trabalho livre na sociedade de classes, criando condições extremamente desvantajosas ao ex - cativo, ou na forma que chamou de “integração” do negro à sociedade de classes. Sua preocupação está centrada no que chamou de passagem do negro de “escravo ao cidadão”. Com essa perspectiva em vista, é preciso pensar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil criando condições desiguais de dinamização no seio da produção e impossibilitando qualquer perspectiva de aspiração democrática. A contribuição do negro na formação nacional deve ser pensada, portanto, a partir das relações sociais que ele trava em paralelo aos mecanismos de blindagem que impedem sua participação efetiva no trabalho livre dentro da sociedade de classes. Sendo assim, Florestan Fernandes também acaba por contribuir ao debate sobre o negro e a dinâmica econômica nacional deslocando a perspectiva para o da organização social. Como nos mostra a socióloga Daniele Motta,

“Florestan desloca o debate sobre o “negro” do campo da cultura para o campo da organização social. Essa não é uma questão pouco importante, pois a discussão sobre o negro é fundamental para pensarmos a formação e a emergência do “povo” brasileiro na história do país (...). O problema racial colocado sob a perspectiva da formação da sociedade capitalista envolve a problemática da questão nacional, pois para Florestan a questão racial tem uma importância relevante na análise da sociedade como um todo. Por isso, ainda que perceba as especificidades da questão racial, não a trata de forma autônoma, essa é uma questão metodológica crucial para o entendimento da sociologia de Florestan.” (MOTTA, 2012, p, 17).

Para Florestan Fernandes, a história do negro em São Paulo confunde-se com a do próprio desenvolvimento da economia da cidade, onde o escravo dinamizou a organização social sendo inserido como *instrumento de trabalho e capital*. Dessa forma, interessa ao autor a posição do negro em relação ao trabalho, ou seja, o negro enquanto inserido nas relações materiais de reprodução social. É enquanto sua posição de trabalhador escravo que o negro contribui na dinâmica econômica brasileira. Quanto a isso, o autor nos diz:

“(...) Todos reconhecem que o progresso de São Paulo é um produto da expansão agrícola do século XIX, e que ela mesma seria inconcebível sem o negro escravo. No entanto, supõe-se que isso é verdadeiro no sentido mais simples: de que ao negro coubera a parte do agente passivo, do rude e mudo instrumento de trabalho, inexpressivo como fator histórico. Raciocinando-se desta maneira, perde-se de vista que a escravidão, como instituição social, se articula dinamicamente com o sistema econômico de que fazia parte; se era por ele determinada, agia sobre ele por sua vez, e o determinava.” (FERNANDES, 2008, p, 118).

Percebemos nessa passagem que Florestan Fernandes parte, assim como Clóvis Moura para explicar a dinâmica do sistema escravista, da organização social do trabalho escravo. Da mesma maneira que Clóvis Moura, ele se posiciona contrário a toda uma corrente de pensamento que ao voltar sua análise para a história da nossa formação social, não adotavam a perspectiva do *trabalho* para seus estudos. Dessa forma, o que teríamos ao fim seria uma “imagem” do Brasil em que a figura do senhor de engenho (paternalista) e o escravo ganhariam maior coró por esconder as contradições fundamentais dessa sociedade.

Embora parta da perspectiva de que o negro dinamiza a economia estritamente a partir do seu trabalho, as contradições fundamentais que partem dessa esfera não colocam as manifestações de rebeldia do escravo em choque direto com as estruturas escravistas, no sentido de desmorona-las (como defende Clóvis Moura), mas essa contradição da esfera do trabalho contribui na percepção do lugar de cada elemento social dentro da composição assimétrica adotada naquele modelo de sociedade escravista.

“(...) Todas as ocupações de alguma representação social permaneciam como privilégios das pessoas livres e brancas, pois só excepcionalmente graças a certos mecanismos de atribuição de status, é que os ‘homens de

cor' livres ('pardos' ou 'negros') conseguiam acesso a tais ocupações.” (FERNANDES, 2008, p, 112).

Como podemos perceber, Florestan Fernandes não compreende a sociedade cindida em duas classes sociais antagônicas partindo da perspectiva da luta de classes no formato explorado por Clóvis Moura. Para o autor, as relações de classes na sociedade “estamental”, como chamou, criavam condições de privilégio de um lado e imobilidade de outro que tinham por fundamento a ideia de raça, em que os negros, pelo estigma do preconceito de cor, ocupavam postos considerados de maior precariedade no seio da sociedade, enquanto brancos e livres possuíam maior vantagem dentro das condições de trabalho.

Para compreender a dinâmica e desenvolvimento da economia paulista integrando-a o “negro” submetido a mão de obra escrava, Florestan Fernandes não irá se prender a qualquer formalismo metodológico. Será com o materialismo histórico, por exemplo, que nosso autor buscará compreender as tendências de desenvolvimento das estruturas sociais no período escravista, e também, como essas mesmas estruturas, estando submetidas a processos de mudança, ao determinarem seu agente a uma dada condição material e histórica, ela é ao mesmo tempo determinada e dependente da dinamização desses mesmos agentes para sua transformação. Mas será também com o sociólogo Emile Durkheim que nosso autor encontrará melhores ferramentas para o estudo dos processos sociais do sistema escravista, mais especificamente, a condição de “marginal” em relação ao nascente mercado de exploração do trabalho livre.

Ainda que não seja universalmente aceito por todos os sociólogos, o método que oferece maiores garantias de exatidão à sociologia empírica é aquele que considera os fenômenos particulares investigados em seu modo de integração ao contexto social. Durkheim formulou muito bem o princípio implícito nessa maneira de encarar os fatos sociais ao escrever que “a origem de todo processo social de alguma importância deve ser procurada na constituição do meio social interno”. (FERNANDES, 2008, p, 268).

Por sua vez, Clóvis Moura adotando o materialismo histórico²¹ para se lançar à interpretação do Brasil, denomina esse período em duas etapas para melhor compreensão: escravismo pleno e escravismo tardio. Para o autor, o escravismo pleno se caracterizaria pelo período em que o sistema escravista estava em seu apogeu. Seria o período em que o tráfico negreiro rendia vantajosos lucros e era um dos setores fundamentais da reprodução do escravismo. Por fim, o auge de acumulação primitiva de capital por parte da elite lusitana, e o período de dinamização de todos os setores da esfera escravista. É importante frisar que sendo em Clóvis Moura a resistência um elemento fundamental na relação senhor – escravo, essa fase será caracterizada também, por outro lado, na observação de que nesse momento o único sujeito que fazia parte da luta anti-escravista era o próprio escravo, não contando com ajuda de nenhum setor político da sociedade para transformação das condições objetivas de sua existência. Neste período da história, eram localizadas nas regiões norte e nordeste as áreas de maior produção econômica em solo brasileiro.

Na outra ponta, o autor apresenta o conceito de escravismo tardio, período marcadamente abolicionista, em que outros setores da sociedade eram favoráveis ao fim da escravidão, e seus “resquícios” entravam em relação com setores modernizados da economia brasileira (energia elétrica, estradas de ferro, indústrias etc). Nesse período temos também a proibição do tráfico negreiro, que acaba desembocando numa grande dinâmica interna de reabastecimento dos polos principais de produção (dessa vez situados na região sul e sudeste) com mão de obra escrava vinda das antigas regiões de poderio econômico do país, a saber, norte e nordeste.

Ele entende por isso um momento de declínio do escravismo em que as relações de um capitalismo dependente começavam a ser introduzidas com maior velocidade no seio da sociedade brasileira, num processo em que já começava a se evidenciar as demandas de substituição da mão de obra escrava para a mão de obra livre. É nesse período também, segundo o autor, que surgirão os abolicionistas, evidenciando que a partir desse momento a luta negra passa a ser também uma “luta de brancos”.

Com o crescimento da produção do café em São Paulo, acaba-se criando a demanda de mão de obra. E o ciclo que se inicia de deslocamento da mão de obra

²¹ A tese central que caracteriza o materialismo histórico é a de que as diferentes formas de produção dos períodos históricos tendem a surgir ou desaparecer conforme expandam ou declinem a capacidade produtiva da sociedade. Em outras palavras, é a teoria científica que busca na história a força motriz que impulsiona os diferentes eventos que tendem a determinar seu desenvolvimento econômico específico, suas relações sociais, sua divisão da sociedade em classes sociais e as transformações que esses eventos ocasionam nos modos de produção.

escrava das decadentes fazendas do norte e nordeste para a abundante produção do sudeste é inevitável. Para Clóvis Moura, essa enorme massa de mão de obra escrava que se deslocará para São Paulo, criará um clima de enorme insustentabilidade causado pelas cada vez mais intensas rebeliões e revoltas escravas que irão acontecer devido ao cada vez maior afrouxamento das instituições escravistas do período. Porém, observará Florestan Fernandes, essa mão de obra não será suficiente para a tamanha demanda de produção para o café brasileiro.

Clóvis Moura entende que São Paulo participa tardiamente do processo de dinamismo da escravidão no Brasil. Seu apogeu nessa etapa do processo escravista se dá quando do declínio das antigas regiões de maior produção localizadas no norte e nordeste do país. Com o impulsionamento da produção de café, esse setor da produção acaba por se tornar o principal centro dinamizador da economia no país. Esse momento pelo qual passava o Brasil, Clóvis Moura denominará como *escravismo tardio*. Com o crescimento da produção de café e conseqüentemente o aumento de escravos necessários como mão de obra para atender a essa demanda, inicia-se a fase de intensificação do tráfico da mão de obra escrava que apenas cessará em 1850 com a lei Eusébio de Queirós²². Nosso autor interpretará que não apenas a pressão inglesa pelo fim do tráfico, mas também o medo constante da elite de que os escravos brasileiros se levantassem como os da Revolução de São Domingos ou os trabalhadores operários europeus, fez com que logo fossem adiantadas as negociações para o fim do tráfico negreiro pelo temor de se gerar um contingente ainda maior insurgente de negros contra a elite escravista do país. Pois entendia o autor que naquele momento histórico pelo qual passava o Brasil, havia toda uma conjuntura favorável impulsionada pelas revoltas dos escravos contra sua condição, desembocando numa série de conseqüências para a manutenção do regime escravista.

“A situação era francamente favorável às insurreições e os escravos souberam aproveitá-la. As lutas ascenderiam a tal nível que o governo imperial, amedrontado e vendo o que significaria o aumento ininterrupto do numero de escravos,

²² A Lei Eusébio de Queirós de 1850 na legislação escravista brasileira, proibia o tráfico de escravos para o Brasil. É considerado um dos primeiros passos no caminho em direção à abolição da escravatura no país.

proibiu, em 1850, definitivamente, a entrada de africanos no país, extinguindo o tráfico”. (MOURA, 1988, p, 156)

Já podemos perceber que um ponto em que o autor procura sempre chamar a atenção é o fator de *resistência escrava* enquanto forma de transformação da sociedade escravista. Clóvis Moura não vê o negro na sociedade escravista como um personagem mudo que vê a história lhe passar em frente sem interferir dinamicamente nela. O elemento negro a dinamiza principalmente através da *rebeldia* e os seus sucessivos levantes escravos. É a essa proposta de interpretação da história que ele procurará confrontar com as de seus interlocutores (principalmente aquele que mais nos interessa aqui, Florestan Fernandes), pretendendo respondê-los mostrando o negro não como um simples objeto sociológico não-dinâmico, mas como sua rebeldia cristalizada em rebeliões, revoltas, suicídios e assassinatos de senhores etc., contribuíram de forma decisiva para o fim do trabalho escravo desembocando no trabalho livre.

Para Clóvis Moura, as constantes rebeliões dos escravos criavam um ambiente de insegurança e desgaste do regime escravista no Brasil. Todo esse contexto revolucionário inserido diante da elite escravista daquele período através dessas diversas rebeliões que Clóvis Moura nos apresenta, acabaram por levarem a uma aceleração do processo de derrocada do trabalho escravo em direção ao trabalho livre. É importante observar que o autor, como não acreditava que os escravos possuísem consciência de classe capaz de elaborar um projeto político para superação do escravismo e controle da sua própria situação, não podem ser responsabilizados pelo destino que obtiveram e pela forma como se deu o processo abolicionista. A luta antiescravista em Clóvis Moura, sendo essa perpetrada pelos próprios escravos como agentes políticos, toma a forma de luta contra as condições de escravo (coisa), logo, uma luta contra as estruturas fundamentais de sustentação do escravismo em busca de uma organização social diferente daquela centralizada no modelo de trabalho compulsório. Lutando das mais variadas formas para romper com suas condições de escravo, e conseqüentemente com as bases de sustentação do sistema escravista, o trabalhador escravo impulsiona-se para outra forma de organização social, porém, da qual politicamente ele estará alheio no que toca o seu direcionamento.

“A ameaça constante de rebelião por parte da massa escrava, como vimos, desgastava constantemente o

aparelho coator das classes dominantes. Tal fato irá criar um clima geral de expectativa permanente, um estado de incerteza pronunciado, além das medidas materiais e administrativas necessárias à manutenção do status quo. Um clima de medo generalizado, mercê desta contradição, estendia-se, assim, por todas as áreas de trabalho escravo em São Paulo.” (MOURA, 2001, p, 236).

Dessa forma, os escravos conseguem abrir grandes brechas no sistema escravista que prenunciavam seu desmoronamento. Nesse momento, os escravos já estavam sistematicamente deixando as fazendas pelas fugas, ou alocando-se temporariamente em outras propriedades. Clóvis Moura nos apresenta como em diversos locais de São Paulo, tanto nas fazendas quanto no meio urbano os escravos estavam envolvidos em diversas revoltas que abalavam a estrutura do regime escravocrata. A todo esse clima geral de insustentabilidade do regime, somava-se para a aceleração do trabalho livre no Brasil, a modernização incentivada pelo capital europeu na industrialização brasileira.

Para Clóvis Moura, essa demanda paulista para a produção do café geraria uma enorme massa de trabalhadores escravos que deixariam como primeira impressão uma série de revoltas características de sua inconformidade com a condição de escravo. Isso fica claro nos diversos documentos que nos apresenta sobre as revoltas escravas em São Paulo. Porém, a importância maior dada por Clóvis Moura (e como veremos, também Florestan Fernandes) no processo de dinamização da escravidão no setor do café e sua influência na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, é a de que após esse surto do café, as manifestações não serão mais de forma isolada, geralmente substanciada pela violência que caracterizava o período (embora as fugas e quilombos fossem a forma típica de manifestação escrava do período). A partir de agora teríamos uma nova forma de luta na qual se abria como opção ao negro, a saber, a luta política protagonizada pelo movimento abolicionista, caracterizado pelo autor como uma parte da burguesia paulista que compreendia que o trabalho escravo significa um empecilho ao desenvolvimento do capital industrial no país. Em Moura, diferentemente do que se expressa na obra de Florestan Fernandes, a rebeldia do escravo é central para se pensar essa passagem do trabalho escravo para o livre.

Diferentemente de Clóvis Moura, para Florestan Fernandes esse clima geral de revolta não fica em evidência em sua observação. Para o autor, os problemas

encontrados pelos senhores eram os referentes a “vida útil” do escravo, que rendia um trabalho mais produtivo em média por somente dez anos. Sendo assim, isso se refletia no custo do escravo, e a partir do momento em que estavam sob a vigência da lei de proibição do tráfico de escravos, o preço da mão de obra salta exorbitantemente. Com margem alta de despesa que viria ser o escravo em relação a produção cada vez mais abundante e dispendiosa de mão de obra, para corrigir essa limitação do mercado interno, buscam através de pressão por políticas do governo de incentivo para a imigração de trabalhadores brancos.

Para Florestan Fernandes, os elementos fundamentais para se pensar a desagregação do trabalho escravo em direção ao trabalho livre estão mais ligados aos processos de cada vez maior modernização, da pressão do capital industrial em dinamizar-se em território brasileiro, do que de possíveis revoltas escravas que colocassem em cheque a manutenção do sistema escravista. Quando há essa luta anti escravista em prol da superação do regime vigente, para o autor, ela é cristalizada na figura dos abolicionistas, que detinham maior visibilidade e capacidade de agitação popular.

“Sob este aspecto, os movimentos abolicionistas que se formaram na capital, estendendo dali o seu raio de ação organizada até as fazendas mais longínquas das províncias, serviam ao mesmo tempo a dois fins, o ultimo o qual oculto à consciência social dos agentes: 1º - a emancipação dos escravos; 2º - a destruição das barreiras opostas ao “progresso” pela ordem social escravocrata senhorial. O primeiro motivo forneceu o móvel aberto dos movimentos sociais contra o regime. Mas o segundo é que constitui o ingrediente propriamente revolucionário, que impulsionou a conduta dos brancos, embora disfarçando-os sob a forma de ideais humanitários.” (FERNANDES, 2008, p, 133)

Como vimos, compreende o autor que as pressões internas (abolicionistas) e externas (escoamento do capital europeu) são as perspectivas que devem ser adotadas para o estudo da desagregação do regime escravocrata para a sociedade de classes,

como denomina. Nisso ele difere fortemente de Clóvis Moura que vê nas revoltas e rebeliões perpetradas pelos escravos como momento de colapso das estruturas que sustentavam a sociedade escravista. Em Florestan Fernandes, essas rebeliões não possuem a perspectiva e nem a força necessária para o desmoronamento do regime escravista. Essas revoltas só irão ganhar esse contorno, para o nosso autor, quando são cristalizadas nos ideais abolicionistas, sendo utilizadas como mote de pressão por eles para que seja definitivamente solapado esse regime de trabalho escravo.

Não encontramos em Florestan Fernandes a participação dos movimentos oriundos dos próprios meios escravos como forma de resistência radical em direção ao desmoronamento da sociedade escravista. Para o autor, somente a partir da segunda metade do século XIX, mais detidamente na figura do movimento abolicionista, que essa luta antiescravista com vistas ao desmoronamento da sociedade escravista irá ganhar força com vistas ao solapamento do trabalho escravo. Nesse aspecto, como vimos, embora parta da organização social, mais especificamente das contradições no seio do trabalho escravo, para procurar explicar as contradições da sociedade escravista até seu desmoronamento, Florestan Fernandes não enxerga as revoltas e rebeliões diversas como algo fundamental que colocasse em situação de colapso o sistema escravista como um todo. Essa talvez seja sua diferença principal em relação a Clóvis Moura. Embora ambos partam de um elemento comum, que é a posição do trabalho escravo como dinamizador da sociedade do período, suas conclusões sobre a importância do elemento negro na superação de sua própria condição de escravo, é dada em importância de forma muito diversa.

Na obra de Clóvis Moura, sua maior preocupação está voltada ao lugar da resistência negra no período escravista, sendo esse contexto fonte fundamental para se pensar a constituição do Brasil como nação. Clóvis Moura não está contrapondo apenas as ideias que gravitavam em torno da democracia racial (que ocupava um lugar de destaque no debate acadêmico), mas também através da ação política cristalizada na resistência escrava, buscava inserir o negro como elemento central no debate sobre a formação do Brasil. Ele mostrará que nessa busca pelo lugar do negro na formação nacional, apresentando-o como participante ativo de uma realidade contraditória e avessa a sua condição de homem livre e humano, tem nas suas mais variadas formas de rebeldia sua contribuição mais original. Como exemplo, ele nos apresenta que os levantes escravistas são levantes políticos não do ponto de vista da consciência dos escravos (impedida, como entende o autor, pelo processo brutal de desumanização pelo

qual passava o negro escravo), mas por ele ser o elemento capaz de impulsionar o processo histórico social no que diz respeito a sua contradição fundamental (o escravo dotado apenas de sua força de trabalho, em oposição ao senhor, donos dos meios de produção e inclusive do escravo).

Pudemos ver o desenvolvimento a partir do estudo elaborado neste trabalho, que as ideias de ambos os autores são indispensáveis para compreendermos um período do debate sobre as relações raciais no Brasil. É muito importante observar que nesse movimento de análise histórica em que ambos os autores, partindo da crítica à concepção que não adotava para a análise social brasileira as relações concretas da condição do trabalho no Brasil, a que foi denominada culturalista, a riqueza de suas obras e concepções teóricas fazem com que encontrem-se e distanciem-se em diversas concepções de análises históricas fundamentais. Como por exemplo, a importância que atribuem ao protesto escravo brasileiro. Mesmo que foram aqui apenas previamente exploradas, as obras de ambos os autores merecem um resgate urgente para ajudar-nos na compreensão das tensões sociais, políticas, econômicas e raciais que ainda estão presentes e parecem cada vez mais intensificarem-se. Estudar esses autores a cada dia torna-se uma necessidade indubitavelmente atual.

Considerações finais

A forma como se deu a derrocada do sistema escravista no Brasil, objeto de vasto campo de estudos, é quase unânime em afirmar que a maneira como se operou essa desagregação do trabalho escravo para o desenvolvimento das relações de trabalho livre, concluiu-se de forma onerosa ao negro no Brasil. Porém, muitos desses estudos não debateram profundamente qual foi a participação política do negro escravizado no desmoronamento da sociedade escravista. Qual a importância de sua ação política, conjunta ou individual, para a falência do trabalho escravo e o advento de uma sociedade diversa que despontava no horizonte? A essa questão, tanto Clóvis Moura quanto Florestan Fernandes voltaram seus esforços para respondê-la.

Com propósitos que divergem e convergem em medidas iguais, nossos dois autores aqui estudados, se debruçaram no debate da formação social brasileira afim de desvendar quais seriam as estruturas que davam sustentação às ideias de que no Brasil a sociedade se constituiria de diversidades sem conflitos abertamente violentos, resultando em relações sociais (e raciais) harmoniosas entre os grupos. Ou seja, seria possível dizer que no Brasil, as diversas etnias (naquele momento entendidas como “raças”.) conviveriam harmoniosamente dada a simetria de oportunidades e prestígio de que desfrutavam no seio da sociedade. Para refutar essas teorias que se aproximavam da ideia da existência de uma *democracia racial*, nossos autores buscaram “testar” essas ideias a partir da própria história do negro no Brasil, sua inserção, dinamização no seio do trabalho escravo, e posteriormente “marginalizado” quando da transição do sistema escravista para o capitalismo industrial. Desse modo, conseguiram contribuir para colocar em dúvida teorias que estavam inseridas entre os próprios movimentos sociais de organização negra.

A contribuição de Clóvis Moura e Florestan Fernandes que privilegiamos estudar neste trabalho refere-se ao papel da ação política dos escravos no desmoronamento do sistema escravista no Brasil. Vimos que enquanto que para Clóvis Moura a ação política dos movimentos escravos foi fundamental para o desgaste das estruturas de todo um sistema que se fundamentava na exploração do trabalho compulsório africano (tão fundamental que o autor vem a considerar que o protesto escravo foi tão oneroso ao sistema escravista, quanto a pressão do capital britânico para escoar e dinamizar as relações capitalistas em solo brasileiro), para Florestan Fernandes,

observando que os protestos escravos como a rebeldia, as fugas e suicídios foram importantes para a desestabilização interna da ordem escravista, não concordará que foram fundamentais a ponto de ocasionar a derrocada de todo um sistema econômico, político e social. Em sua interpretação desse contexto de desagregação do sistema escravista, salta a percepção de a pressão externa dos países britânicos, juntamente com os dilemas entre as elites nacionais e os protestos escravistas das últimas décadas de 1890, foram fundamentais a essa transição do trabalho escravo para o trabalho livre, e também para compreendermos a forma como se deu e desenvolveu essa transição para uma nova sociedade.

Bibliografia

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.

CHOR MAIO, Marcos. *Uma Polêmica Esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o Tema das Relações Raciais*. Rio de Janeiro: Revista Dados. 1997

CORDEIRO MOTTA, Danielle. *Desvendando Mitos: as relações entre “raça” e classe na obra de Florestan Fernandes*. Dissertação de Mestrado. Campinas, 2012.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala a colônia*. São Paulo: Unesp, 1997.

_____. *Da Monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Unesp, 1998.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. vol. 2. São Paulo: Ática, 1978.

_____. *Relações entre brancos e negros em São Paulo*. 3º Edição. São Paulo: Global, 2008.

GUIMARÃES, Antônio S. A. “*Democracia Racial: o ideal, o pacto e o mito*”, Revista Novos Estudos Cebrap, n. 61, Novembro de 2001, pp. 147-162. 2000.

KONDER, Leandro. *A derrota da dialética*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MESQUITA, Érika. *Clóvis Moura: uma visão crítica da história social brasileira*. Dissertação de mestrado. Campinas, 2002.

MOURA, Clóvis Steiger. *Rebeliões da Senzala: insurreições, quilombos e guerrilhas*. 4º Edição. São Paulo: Edições Mercado Aberto, 1988.

_____. *Dicionário da escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. *Dialética radical do Brasil negro*. 2º Edição. São Paulo: Editora Anita Ltda., 2014.

_____ (org.), *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*, Maceió: EDUFAL, 2001.

OLIVEIRA, Fabio Nogueira de. *Modernidade, política e práxis negra no pensamento de Clóvis Moura*. São Paulo: Plural, Revista do programa de pós graduação da USP, v. 18, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em Novo Mundo nos trópicos*. Mal-estar na cultura, Revista do programa de de pós graduação da UFRGS, p, 12, 2010

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.